

ESCOLA E CAPITALISMO DE ESTADO*

FERNANDO C. PRESTES MOTTA**
SÉRGIO LUIZ DE TOLEDO PIZA***

Entre as sociedades modernas, aquelas caracterizadas pela economia estatal são as que esclarecem de modo mais preciso a afirmação de que a organização sob todas as formas, inclusive a de governo, constitui-se na fonte última de todo poder¹. Em nenhum outro caso a hegemonia da tecnoburocracia é tão clara. O uso aqui do termo tecnoburocracia é em larga medida arbitrário. Sua vantagem com relação ao termo burocracia está apenas no fato de que especifica melhor a classe que pretendemos caracterizar. De fato, o prefixo tecno vem indicar a base de legitimidade sobre a qual essa classe social debruça-se para garantir sua hegemonia.

Como classe social, a tecnoburocracia desenvolveu-se e continua a desenvolver-se segundo um interesse específico e um dinamismo próprio. Sua existência, em essência, deve-se à intenção coletiva de se constituir em um meio à parte, distinto e distante dos dominados. A tecnoburocracia elabora sua forma de conduta específica e é conivente com um ordenamento social que lhe garante status material e político, além do prestígio. Ela se origina de uma atividade essencialmente social e funda-se na solidariedade que une seus membros na função de dominação. Com isto queremos dizer que não é a estrutura técnica tão somente que determina a organização tecnoburocrática, mas que há uma sobre-determinação, mediante a qual a tecnoburocracia procura dar forma à estrutura técnica, fazendo prevalecer aquela que é mais conveniente para seu poder. Através de seu modo específico de conduta, a tecnoburocracia cria o seu espaço de poder. Para tanto, sempre foi e continua sendo agente de um ordenamento organizacional bastante peculiar que

*Vide ao final do artigo nota de edição.

**Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas (EAESP) e Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.

***Mestrando da Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresa de São Paulo.

vai se modificando historicamente, de modo paralelo à sua trajetória ascendente.

Este ordenamento implica em fragmentação e diversificação de atividades, levando à multiplicação de cargos e serviços, hierarquização de funções, diferenciação de salários e ordenados, divisão de competências, concentração de autoridade nas mãos de uma minoria dirigente e enquadramento da força de trabalho em funções rotineiras, nas quais fica excluída das esferas em que circulam as informações e são tomadas as decisões². Por muito tempo, principalmente através da análise do que ocorre na União Soviética, argumentou-se que a tecnoburocracia era uma casta ou camada social transitória, necessária à construção do socialismo. Em algumas análises, ela também aparecia como camada parasitária. Entendemos que nenhuma visão é correta ou pelo menos completa. Consideramos a tecnoburocracia uma classe social constitutiva do capitalismo, que deve sua existência ao antagonismo onipresente nas sociedades contemporâneas entre capital e trabalho. Ela é uma classe social hegemônica nas sociedades de economia estatal; classe social que detém o conhecimento técnico e político da organização, ou seja, que detém o monopólio do conhecimento do funcionamento organizacional global e, por essa razão, vive de seu segredo.

A tecnoburocracia encontra sua legitimação básica no racionalismo dominante em todo o mundo moderno, num racionalismo utilitarista e efficientista, cujo objetivo primeiro é o crescimento econômico. Noções como eficiência, eficácia, produtividade e progresso impõem uma lógica apresentada como inelutável e inquestionável que dissimula a realidade, justificando a apropriação do saber por parte de alguns, os novos patriarcas, os novos mandarins, os novos césares.

A ideologia tecnoburocrática, fundada na prioridade do crescimento econômico, segue o veio aberto por Taylor. Desde Taylor, a Teoria da Administração "reproduz as condições de opressão do homem pelo homem; seu discurso muda em função das determinações sociais. Apresenta seus enunciados parciais (restritos a um momento dado do processo capitalista de produção), tornando absolutas as formas hierárquicas da burocracia da empresa capitalista ou coletivista burocrática onde capital é encarado como bem de produção inerente ao processo produtivo, trabalho complemento do capitalismo, a maximização do lucro objetivo da empresa, burocracia hierárquica, expressão natural da divisão do trabalho. A Teoria Geral da Administração dissimula a historicidade de suas categorias, que são inteligíveis num modo de produção historicamente delimitado, são como expressão abstrata de relações sociais

concretas, fundadas na apropriação privada dos meios de produção, que permitem a conversão do negro em escravo, a emergência do príncipe no pré-capitalismo, do burguês após a Revolução Comercial, do cidadão na Revolução Francesa e do quadro (administrador) no burocratismo soviético"³.

A tecnoburocracia surge e justifica-se no quadro da lógica de maximização, que é também a lógica da razão científica. O tecnoburocrata acredita que seu conhecimento das leis da sociedade, especialmente da economia, lhe dá o direito de modificá-la, controlando suas atividades. Por essa razão a tecnoburocracia, é absolutista e despótica. Transformada em mito, induz o comportamento e inibe o pensamento. Especializou-se em pensar da "única maneira certa"; os demais setores sociais devendo apenas executar "em seu próprio benefício" as ordens. Quando potencialmente se tem fome, se aceita a tirania e a opressão. Essa aceitação fica ainda mais fácil quando a coerção dá lugar ao inculcamento, a docilidade "embrulhada" em "nobres ideais" de construção de uma sociedade justa e igualitária⁴. Em 1968 lia-se nos muros de Paris:

"Nós não queremos saber de um mundo no qual a certeza de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer tédio".

Na realidade, a certeza de não morrer de fome é trocada pela subserviência, pela docilidade, ao Estado na área econômica. O fundamento para o poder tecnoburocrático está no ideal liberal clássico de todos iguais perante a lei. Existe uma ausência de harmonia entre os atos da tecnoburocracia e seus discurso igualitário.

A ascensão da tecnoburocracia encontra sua explicação no desenvolvimento do capitalismo, que implicou numa complexidade crescente das organizações. Com esse desenvolvimento, a tecnoburocracia vai adquirindo paulatinamente poder econômico e poder político. Trata-se de um processo de confluência dos dois poderes que se concentram em mãos de uma classe social que se beneficia da crescente interdependência das empresas e da intervenção crescente do Estado na área econômica. O capitalismo competitivo cedeu lugar ao capitalismo monopolista de Estado. Este, para continuar a desenvolver-se, necessita de intervenção continuada do Estado. Com isto queremos assumir que há um aumento muito grande do envolvimento estatal no processo de acumulação, dada a crescente importância do Estado enquanto investidor, ditador das políticas econômicas. Todos os países conhecem um processo mediante o qual o Estado vai se caracterizando cada vez mais como promotor da poupança forçada e administrador da elevação da taxa de acu-

mulação dos meios de produção.

O recrudescimento do controle estatal da economia inclui certos marcos históricos, como a Primeira Guerra Mundial, a crise de vinte e nove e a Segunda Guerra Mundial. Uma guerra costuma favorecer o desenvolvimento do controle estatal das finanças, do trabalho, dos preços, da distribuição de materiais. Também é característico dos períodos de guerra e o desenvolvimento rápido do Estado consumidor. Entre outras coisas, a guerra implica no crescimento da indústria de armamentos, algo que não obedece aos mecanismos normais do mercado. Também o esforço para aumentar a produção em tempo de guerra aliado ao fato de muitos recursos humanos serem utilizados, ocasiona a diminuição do exército industrial de reserva.

Paralelamente, a intervenção estatal, via política de segurança nacional, tende a restringir os movimentos sindicais e de trabalhadores em geral; o que não impede que uma série de concessões possam ser feitas, no intuito de manter a paz e a ordem sociais, mediante cooptação dos trabalhadores. Na verdade, quando o capitalismo monopolista se configura, o aparato estatal torna-se um meio a serviço dos poucos grupos econômicos dominantes. Nessa fase, o poder econômico desses grupos acaba levando ao controle político da sociedade pelo governo, ou seja, ao poder crescente dos gestores de determinadas administrações do Estado⁵, em aliança com os gestores do setor privado. As estatizações costumam ser bem-vindas, por encontrarem apoio de uma grande parte da população. Para os trabalhadores, a estatização significa, via de regra e pelo menos a curto prazo, segurança de emprego e garantia de recebimento dos salários. Para os pequenos acionistas, a garantia dos investimentos nas empresas à beira da falência. Para os tecnocratas, não é preciso insistir, a estatização pode ser um passo decisivo em seu projeto de poder.

Somente a evolução da autonomia e a luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista podem romper esse campo compartilhado de interesses. O desenvolvimento do capitalismo financeiro leva ao afastamento praticamente completo dos proprietários dos meios de produção do processo produtivo, que se torna domínio da tecnoburocracia. Entretanto, não se trata de uma revolução dos gerentes nos termos colocados por James Burnham, segundo o qual os administradores teriam o controle efetivo da economia e o poder que disto decorreria os tornaria os verdadeiros senhores da sociedade⁶. O que aparentemente não é percebido por Burnham é a transformação do fenômeno da direção, isto é, o processo de cisão entre propriedade e direção tendente ao despoja-

mento de autonomia e subordinação ao Estado amplo, isto é, ao conjunto de mecanismos sociais que permitem a realização da mais-valia. Embora a tecnoburocracia procura legitimar-se pela técnica, como uma necessidade pseudo natural, ela tem, antes de mais nada, sua existência devida ao objetivo de exploração⁷. O Estado do "bem-estar" atenuou, pelo menos temporariamente, o antagonismo capital-trabalho, dando ao capitalismo um novo fôlego. Este, desenvolveu novos mecanismos de adaptação, novas relações de produção, que pelo menos adiam um final provável, embora incerto.

O capitalismo de Estado é na realidade o momento de amplitude máxima do poder tecnoburocrático e a forma mais avançada de capitalismo de que se tem notícia. A dominação tecnoburocrática assenta-se numa propriedade coletiva de classe dos meios de produção, o que implica em que a tecnoburocracia detém o Estado como se fosse sua propriedade privada e este é detentor do monopólio dos meios de produção. Não se trata de socialismo o sistema econômico e o regime político existentes na União Soviética, na China, na Polônia e em muitos outros países. Aqueles que negam a existência de classes sociais nesses países, o fazem a partir da constatação de que neles ocorreu uma abolição da propriedade privada dos meios de produção^{8, 9}. Trata-se de uma visão incorreta, já que no capitalismo de Estado as relações de produção continuam antagônicas. A propriedade tecnoburocrática apresenta-se como propriedade social que não é. O que ocorreu foi uma fusão do capital e do Estado¹⁰.

No capitalismo de Estado, o poder político encontra-se fundido com o poder econômico; a apropriação da mais-valia sob forma de ordenados é feita diretamente pelos tecnoburocratas que dirigem o Estado. Nesses países, a tecnoburocracia é uma classe que utilizou a ação do "partido de vanguarda" como unificador dos diversos setores burocráticos. Trata-se de uma classe que se mantém integrada por um princípio político, onde o poder é socializado internamente com o fito de exploração nos moldes admissíveis pela fachada socialista. É sempre conveniente lembrar que o capitalismo de Estado implica em que a tecnoburocracia também se legitime pela relativamente baixa desigualdade econômica, pela ausência de miséria e pela segurança de emprego.

De qualquer forma, o capitalismo de Estado "combina três fatores principais; a propriedade capitalista dos meios de produção é realizada por intermédio do Estado e este gere o funcionamento da economia. O Estado controla e planifica a movimentação da força de trabalho. Existe, deste modo, uma rígida hierarquização da sociedade e tenta planifi-

car-se a totalidade das suas atividades"¹¹. Supomos ter deixado claro que o capitalismo de Estado, isto é, o processo de estatização da economia e a centralização da gestão econômica nas instituições do Estado, não é um novo modo de produção, mas sim uma modalidade assumida pelo desenvolvimento do capitalismo, na qual a tecnoburocracia é a classe social que detém o conhecimento técnico dos meios e do processo de trabalho, bem como o conhecimento da gestão do processo produtivo. Os tecnoburocratas ou gestores são aqueles que "dominam e orientam as empresas que o Estado possui . . .; são os organizadores do trabalho e da exploração nas empresas de que o Estado se apropriou"¹². A tecnoburocracia é a classe dominante que realiza a propriedade coletiva estatal dos meios de produção nos países de capitalismo de Estado tais como aqueles da Europa do Leste. Chamamos capitalistas de Estado, portanto, os países nos quais a propriedade privada foi abolida. Os países avançados onde isto não ocorreu como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, Grã-Bretanha, França, Itália, etc . . . ilustram o que chamamos capitalismo monopolista de Estado.

No primeiro caso o poder político está completamente na mãos da tecnoburocracia, confundindo-se com o poder econômico. No segundo caso a tecnoburocracia divide esses poderes com a burguesia. O intervencionismo estatal não é característica particular de alguns países estigmatizados como socialistas, mas algo que ocorre em todo o mundo. A concentração crescente do poder nas mãos dos tecnoburocratas ou gestores é própria do desenvolvimento do capitalismo. A função estrutural do Estado é vital para o capitalismo, dadas a dinâmica da exploração do trabalho pelo capital e a luta de classes. Há quem especifique o desenvolvimento da União Soviética e, em particular, da Rússia, bem como da China como algo que nada tem a ver com o Ocidente, como algo que só se explica a partir da especificidade desses países. Entendemos que essa visão oculta o fato de que a intervenção estatal é uma tendência mundial do capitalismo, o que não significa que determinações econômicas e culturais específicas não condicionem essa intervenção. A tecnoburocracia soviética e chinesa utilizou as instituições ou aparelhos de Estado para acelerar a industrialização. Não houve uma intervenção gradual como no Ocidente. Os tecnoburocratas soviéticos e chineses orientaram toda a vida econômica para a produção de bens de produção, bem como para a atenuação das diferenças econômicas.

A Grã-Bretanha atingiu altos níveis de crescimento econômico antes de outros países; o mesmo se diga dos Estados Unidos e mesmo da Alemanha e da França, até certo ponto, apesar da industrialização tar-

dia que levou a um papel decisivo do Estado. São países cujo aparato industrial manifesta-se poderoso no setor de bens de consumo tanto quanto nos bens de produção. Isto implica na necessidade de um mercado consumidor ativo, com um poder de compra elevado. Nesse contexto, são os sindicatos que se desenvolvem como instrumento de controle da força de trabalho. Disso decorre também a importância dos partidos socialistas, social-democratas e comunistas como meios de regulação social. No caso de muitos países subdesenvolvidos como o Peru, a Etiópia e outros a tecnoburocratização passou ou passa pelas forças armadas, principalmente o exército. Sua estrutura, sua hierarquia, sua forma específica de poder disciplinar, configuram um modelo no sentido de reprodução das relações sociais típicas da dominação tecnoburocrática^{1 3}. No caso dos países desenvolvidos, a situação material das classes trabalhadoras está num nível em que a luta pelas reformas e não pelo que convencionalmente chamou-se revolução, facilitou a intervenção do Estado, promotor por excelência dessas reformas.

Os países que não se haviam industrializado na Europa do começo do século XX, como a Rússia, confrontaram-se com o dilema de se industrializar ou aceitar o jogo dos países capitalistas mais avançados. Na Rússia, os capitalistas nativos, não tinham condições próprias para promover o crescimento econômico num nível satisfatório. A alternativa foi a revolução. A competição externa exigia o aumento e o aperfeiçoamento da produção, caso a opção fosse, como foi, pela industrialização. Não havia como combater a fome e o desespero através de instituições da democracia burguesa como o parlamento. A sociedade entregou-se a líderes e idéias que aparentemente correspondiam a seus desejos. Todavia, parece também verdadeiro que a tecnoburocracia soviética utilizou, e utiliza freqüentemente, o marxismo como retórica, sem vinculação concreta e real com a sua prática. Assim, não faz sentido falar em socialismo ou comunismo nessa como em nenhuma outra sociedade atual. O marxismo tornou-se uma ideologia no sentido que Marx dava a esse termo, isto é, de um conjunto de idéias que se refere a uma realidade não para esclarecê-la e transformá-la, mas para encobri-la e justificá-la de forma a permitir que essas pessoas falem uma coisa mas façam outra^{1 4}. O "socialismo" existente no mundo atual em sociedades como a soviética nada tem de democrático; a exploração social e a ditadura exacerbada mantém a classe trabalhadora alienada de todas as decisões que se referem tanto ao processo produtivo quanto a seu próprio destino. A tecnoburocracia e o capitalismo de Estado soviético não são formas transitórias socialistas como queriam tantos e ainda querem muitos ao

procurar explicar que de fato ocorre. É o caso das teorias do "socialismo num só país", da necessidade de fazer frente aos inimigos externos e do atraso. Não que essas teorias não tenham valor. Entretanto, perdem de vista o que entendemos ser essencial. O fato concreto é que os obstáculos a que essas teorias se referem já não existem e a tecnoburocracia permanece e se fortalece em seu poder aparentemente absoluto.

Quando se considera as relações reais de produção na União Soviética, ou seja, quando se olha além da forma jurídica da propriedade, descobre-se uma tecnoburocracia que exerce os poderes e as funções de uma classe dominante, que detém a gestão do processo produtivo em todos os níveis e que dispõe dos meios de produção e das decisões sobre a distribuição da mais-valia. De qualquer modo, a análise do que ocorre na União Soviética revela-se importante na medida em que uns exaltam o "socialismo" com base no regime soviético, da mesma forma que outros o atacam. No primeiro grupo estão entre outros os stalinistas; no segundo os férreos defensores do capitalismo e da propriedade privada. Em ambos os casos, os discursos servem à defesa de interesses, à manutenção ou ao projeto de poder. Por essa razão, ao investigar a questão soviética é possível que se esteja adentrando em via adequada à melhor compreensão dos problemas mais relevantes da sociedade contemporânea, relacionados à luta pela emancipação social e humana. É meu ponto de vista que tal emancipação torna-se viável apenas a partir das lutas dos movimentos sociais autônomos em direção à construção de uma sociedade verdadeiramente socialista¹⁵.

Existe uma grande mistificação em torno do caráter dito "socialista" da economia soviética. O que se viu ocorrer na União Soviética foi a transformação do "socialismo" em mais um obstáculo à emancipação dos trabalhadores. A economia soviética é uma economia de exploração, mesmo que se possa argumentar que do ponto de vista meramente econômico essa exploração seja menor do que em outros países tais como os Estados Unidos ou o Brasil. O capitalismo de Estado funciona como reforço para o capital nos moldes históricos assumidos pelo antagonismo capital-trabalho. É, ao mesmo tempo, curioso e elucidativo verificar que tanto os seus representantes quanto os representantes do capitalismo ocidental proclamam que a União Soviética é um país socialista. Para os primeiros, a identificação da União Soviética com o socialismo serve à exaltação do regime, para os segundos ela serve à denúncia utilitarista dos "horrores" desse sistema. De qualquer forma, a União Soviética é "socialista" para stalinistas e conservadores ocidentais, pois tanto o mito "das bases socialistas da economia soviética" escamoteia

e justifica a exploração do proletariado e a dominação tecnoburocrática, quanto é denunciado e rechaçado pelos ideólogos burgueses para desacreditar o ideal socialista.

A realidade econômica soviética (as relações de produção, a repartição, a distribuição, a troca, a apropriação do produto, o consumo, etc . . .) é refletida numa forma jurídica mutilante, que exprime abstrata e deformadamente essa realidade. As formas de propriedade constituem a expressão jurídica e portanto, superestrutural das relações de produção. Expressões jurídicas, bem como institucionais e ideológicas, desempenham simultaneamente o papel de forma adequada e mistificada da realidade. As idéias da classe dominante são as idéias dominantes na sociedade. Na verdade, isto é fruto de todo um desenvolvimento que implica em que a forma adequada de sociedade se torne a forma adequada à classe dominante que a utiliza como instrumento de mistificação social. Foi dessa forma em todos os períodos da história: os juristas romanos diziam abertamente que os escravos eram coisas e não pessoas e é visível a hipocrisia das constituições burguesas atuais quando Luís XIV proclama "O Estado sou eu". Muitos exemplos poderiam ser encontrados até chegar à observação da forma velada assumida pelo sobretrabalho na sociedade capitalista e a propriedade "coletiva" na União Soviética, que, de fato, na passa de uma máscara para uma nova configuração da dominação daqueles que se ocultam por detrás desse "coletivismo". O que quero afirmar é que a propriedade estatal só é socialista de acordo com um juridicismo abstrato. A estatização total da produção serve a um só tempo como disfarce das relações de produção reais e de contexto confortável para o funcionalismo dessas relações. Não se pode analisar uma sociedade pelo que ela diz a respeito de si própria através de sua constituição jurídica e de seus múltiplos discursos, sem incorrer no erro de mutilar a realidade segundo os interesses da classe dominante. Em suma, no capitalismo de Estado, tanto a economia quanto o Estado estão sob o domínio exclusivo da tecnoburocracia. A propriedade estatal é, por todas as razões, a forma jurídica mais cômoda para o exercício do poder tecnoburocrático. A sociedade soviética é uma sociedade de classes e as classes fundamentais são a dos tecnoburocratas ou gestores e a dos trabalhadores. É o conjunto dos primeiros que goza dos privilégios da propriedade coletiva que dispõe coletivamente dos meios de produção, o que confere a estrutura de classes às relações de produção. É conveniente salientar que na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária não houve revolução; o capitalismo de Estado foi implantado pelo exército soviético.

De qualquer forma, onde ela ocorreu, assumiu um caráter despótico quando se voltou contra a construção de uma nova sociedade, dotada de novas relações sociais. Na realidade, a teoria da minoria consciente, que lhes é inerente, implica nesse despotismo. Se é verdade que a revolução russa levou à menor desigualdade econômica e à modernização, também é verdade que não realizou a promessa de uma sociedade sem classes e consolidou pioneiramente, em termos mundiais, o domínio da tecnoburocracia. Não é por acaso que a modernização é uma das principais bandeiras da tecnoburocracia. O capitalismo de Estado regula todas as relações políticas, trabalhistas, etc . . . , distribui a renda nacional, os bens materiais, etc . . . , que se transformam em propriedade do Estado. Este, é o instrumento da tecnoburocracia na defesa da sua propriedade. A União Soviética é um exemplo claro do fato de que toda e qualquer mudança que utiliza da força do Estado serve a quem a detém. A revolução russa foi uma revolução tecnoburocrática da mesma forma que a revolução francesa foi uma revolução burguesa, não obstante o fato de ambas terem sido feitas com uma participação e um apoio populares extremamente importantes.

A tecnoburocracia soviética é um poder externo acima da sociedade, que se esconde atrás de todos os atos do Estado. Ela usa, administra e controla as forças sociais. Sua função é a administração e controle monopolístico da riqueza e da renda nacionais. Trata-se de uma classe social que, em nome da construção de uma nova sociedade e da realização de um ideal social, firmou-se no poder, construindo a sociedade que, no quadro da luta de classes inerente ao capitalismo, melhor lhe servia. Trata-se de uma classe social que se instalou no poder não para promover uma ordem econômica revolucionária, mas para impor sua própria modalidade de organização e seu poder sobre a sociedade. Apresentando-se e enxergando-se como anti-capitalista ela é dependente das camadas populares. A fé que os trabalhadores urbanos e rurais depositaram numa sociedade sem classes e sem explorações sustentou a revolução russa e a tecnoburocracia de vanguarda. O interesse da classe operária e do campesinato coincidiu durante um longo tempo com o interesse da tecnoburocracia. Não foi diferente de outros casos de revolução. A tecnoburocracia procura de todas as formas manter os laços e o interesse pelos trabalhadores até o ponto em que são necessários para o aumento da produção e para a manutenção da coesão no sentido da repressão das forças sociais mais agressivas e rebeldes¹⁶. Os militantes mais ativos nos primórdios da tecnoburocracia soviética foram justamente antigos membros da classe trabalhadora, a ponto de alguns sustentarem que os escri-

vos sempre desejaram que seus representantes mais brilhantes tornassem-se seus senhores. Dessa forma, até certo ponto, a tecnoburocracia dominante, exploradora e pressora nasceu da classe explorada¹⁷.

A tecnoburocracia é constituída somente de alguns dos membros de todo o aparato administrativo. Os demais funcionários constituem apenas a categoria ampla de burocratas que se contenta com as "migalhas" da tecnoburocracia e que, por essa razão, apoia seu controle e o permite. A burocracia como conjunto não detém poder e privilégio consideráveis. Esses concentram-se nos seus vértices, isto é, numa relativamente reduzida cúpula organizacional a que chama tecnoburocracia. Segundo o Direito Romano, ter a propriedade de algo é ter o direito de usar, gozar e dispor desse algo. A tecnoburocracia "comunista" soviética usa, goza e dispõe da propriedade que detém de fato e coletivamente dos meios de produção e que defende com a força do Estado¹⁸. A tecnoburocracia soviética tem o direito exclusivo de distribuir a renda nacional, fixar salários, dirigir e administrar o crescimento econômico e o poderio bélico e de dispor da propriedade como lhe parecer adequado. Ela "extraí seu poder, seus privilégios, sua ideologia e suas condutas de uma forma específica de propriedade – a coletiva – que ela administra e distribui em nome da nação e da sociedade"¹⁹, nação significando povo, coletiva significando estatal ou coletiva dos tecnoburocratas. A propriedade privada restringe o poder tecnoburocrático. A nova forma de propriedade desenvolvida acrescida de uma retórica marxista mascara o desenvolvimento da tecnoburocracia enquanto classe dirigente. Esta enfrentou adversários, mas soube combatê-los. Após Stalin, ela não necessitava mais de líderes revolucionários e dogmáticos e veio o período Kruchev que encarnava os anseios do homem médio, de personalidade simples, não intelectualizada:

– "O comunismo revolucionário de Lênin foi substituído pelo comunismo dogmático de Stalin, que por sua vez deu lugar ao comunismo não-dogmático à chamada liderança coletiva . . ."²⁰

Na Iugoslávia, Tito de certa forma representou uma unificação das três fases, de modo que sua morte não perturbou, aparentemente, a continuidade do regime. Em todos os casos, aquele que consegue atingir o topo da hierarquia burocrática única, é o que consegue expressar e proteger os interesses da tecnoburocracia, durante um determinado período. Nesse contexto, carreirismo e apego ao poder não parecem extravagantes nem sórdidos. Ninguém é independente; os líderes e seus assessores são interdependentes e não podem separar-se do meio e das idéias dominantes. Sua única necessidade é a de se justificar, para o que conti-

nua a servir o aparentemente desgastado discurso marxista-leninista partidário. Nenhuma classe social teve até os nossos dias a organização que a tecnoburocracia soviética detém. É dessa forma que obteve e mantém seu poder numa sociedade onde a estrutura econômica era precária e continua sendo. A União Soviética detém uma indústria bélica moderníssima em meio a uma indústria atrasadíssima²¹.

Após alcançar a almejada hegemonia e os privilégios dela decorrentes, a tecnoburocracia, como qualquer outra classe social, direciona todas as suas condutas no sentido de manter e ampliar o seu domínio. Pode parecer paradoxal à primeira vista, o fato dos tecnocratas verem-se como fundamentais para que a sociedade não regrida e não fracasse. Entretanto, é preciso considerar que seus membros estão imbuídos da ideologia tecnoburocrática. O partido comunista e a política secreta sempre governaram a União Soviética e a sociedade sabe disso. Sabe-se que somente via partido alguém se torna oficial, diplomata, etc . . . e exerce autoridade. Nesse sentido, o governo "comunista" é um governo partidário e o Estado é um Estado partidário. Os tecnoburocratas agem como se considerassem o Estado em geral e o exército em particular como armas de seu uso exclusivo e repetem os rituais partidários. Entretanto, à medida que a tecnoburocracia se fortalece, a função do partido pára de crescer. O partido foi instrumento principal da tecnocracia soviética, mas paulatinamente cede lugar ao exército, responsável pelo imperialismo que a caracteriza e ajuda a legitimar-se. Há indícios de decomposição no totalitarismo de linha stalinista, decomposição que só o exército pode segurar, via manutenção da ordem e expansionismo, visando a integração social. É a nova configuração do totalitarismo soviético²².

Em suma, os tecnoburocratas soviéticos fundiram completamente o seu poder no poder do Estado, detendo os recursos materiais e, dessa forma, desenvolvendo seu poderio econômico, político e militar, de modo deliberado e mediante a organização. No início, geriram a economia em nome dos ideais de modernização e da construção da sociedade comunista. Em nossos dias, a administração esconde o objetivo de manutenção do controle e do domínio absoluto da tecnoburocracia atrás da expansão em nome da "libertação" dos povos oprimidos e do planejamento normativo. O planejamento convencional é uma tendência capitalista porque, além dos motivos da exploração, via extração da mais-valia, estabelece em bases de tecnologia avançada, garantindo a hegemonia tecnoburocrática e a exclusão da maior parte da sociedade. A produção prioritária no Capitalismo de Estado será aquela que for mais estratégica para a

manutenção da ordem que garante o poder tecnoburocrático. No caso da União Soviética, trata-se da produção bélica²³.

Em nosso caso particular, o interesse pelos países comumente chamados "socialistas", ou "comunistas" deriva do fato de que sua observação permite a melhor visualização da tecnoburocracia enquanto classe social, embora suas características gerais sejam atualmente universais. De qualquer forma, porém, não se pode perder de vista que o intervencionismo estatal vem se realizando em todas as sociedades, quaisquer que sejam as modalidades que o capitalismo, um modo de produção de nível mundial, nelas assuma.

A particularidade dos países que abandonaram completa ou quase completamente a propriedade privada dos meios de produção está em haverem optado pela imposição do Capitalismo de Estado como saída para o subdesenvolvimento e como forma de realização do projeto hegemônico tecnoburocrático. Para tanto organizou-se racional e coercivamente o trabalho e tratou-se de motivar o trabalhador de todos os modos possíveis. Nas palavras de autores soviéticos, "organizar a emulação é uma tarefa de importância estatal. E de como a cumprem os dirigentes da economia em todos os níveis das empresas e do aparato estatal depende em grau considerável o nível e o apogeu da emulação socialista"²⁴.

Desde os primórdios revolucionários constitui-se na União Soviética um saber técnico e político instrumental ao qual se pode chamar organizacional, no interior das fábricas e do Estado em geral que garantiu a manutenção do antagonismo capital trabalho. Dessa forma, os casos dos países "comunistas" ou "socialistas" não são de fato alternativas do capitalismo. São isto sim modalidades altamente burocratizadas de capitalismo, onde saber técnico, hierarquia e disciplina sempre estiveram muito longe do controle dos trabalhadores. "A palavra decisiva no fortalecimento da disciplina tem as coletividades de trabalhadores e suas organizações sociais"²⁵. Onde está escrito as coletividades de trabalhadores e suas organizações sociais deve-se, a nosso ver, ler a tecnoburocracia. De resto, introduzem-se meios tidos tradicionalmente como capitalistas como crédito, incentivos econômicos, etc . . . A introdução desses meios não significa de forma alguma que a União Soviética está tornando-se capitalista, como é comum ouvir em alguns meios. Ao contrário, ela indica, como coloca Marshall I. Goldman, um esforço deliberado para melhorar a eficácia de uma forma de capitalismo de Estado.

Acreditamos ser absolutamente desnecessário discutir se haveria ou não uma alternativa atual para a opção feita pela União Soviética. Essa

atitude parece estar clara ou subjacente em diversas obras²⁷, ²⁸ e parece fortalecer o tecnoburocratismo. Importa saber se há alternativas para a humanidade e a resposta certamente dependerá do ângulo de visão de quem a formular. Outros procuram pura e simplesmente afirmar que há uma democracia soviética e que não há tecnocracia alguma. Isto ocorre evidentemente com aqueles que são publicados oficialmente na União Soviética²⁹, mas ocorre também em vários grupos no Ocidente. Naturalmente cada um vê o que quer e como quer e não há necessariamente falsificação, a não ser do ponto de vista em que se coloca um outro.

Seria de se esperar que as organizações que se colocam como representantes dos trabalhadores no Ocidente, isto é, os partidos de esquerda e os sindicatos fossem os articuladores de superação da sociedade capitalista e da emancipação de seus "representados" ou pelo menos tentassem sê-lo.

Entretanto, sua função é a de construir o capitalismo de Estado, sistema que com razoável margem de segurança garante poder e privilégio para seus dirigentes³⁰. Os partidos de esquerda e os sindicatos encontram-se do lado do capital e não do trabalho e, por essa razão, constituem-se em entraves na luta de classe trabalhadora, que entretanto pode usá-los em seu benefício. Na maior parte dos países, a classe trabalhadora está organizada em grandes partidos e sindicatos. Todavia, tanto uns quanto outros desempenham o papel de agentes do Estado capitalista, quando não do patronato, o que faz com que as oposições sindicais sejam com frequência mais representativas dos trabalhadores que suas elites dirigentes. Da mesma forma muitas pessoas de esquerda no Ocidente são filiadas a partidos. Ocorre, que quando a classe proletária delega poder e autoridade aos partidos que se proclamam vanguarda do proletariado, perdem o poder de decidir. Qualquer sistema representativo só o é quando os representantes são controlados pelos representados. Isto não ocorre nos partidos políticos. O objetivo do partido político é a própria gestão do aparelho de Estado, sublinhando a separação entre dirigentes e dirigidos e buscando a tomada de poder de Estado. Deve-se levar em conta que tanto os partidos comunistas quanto seus rivais não trabalham para a abolição do Estado, de capital e da repressão, mas sim na busca do controle do Estado e do capital. Seu discurso é de socialização e fim do capitalismo, expressões que são usadas como sinônimos de estatização e eliminação do capital privado, respectivamente. Isto é parte do projeto hegemônico que procura integrar subordinada e ideologicamente os trabalhadores. Se os meios de produção não estão socializados verdadeiramente, mas são propriedades coletiva dos gestores ou tec-

noburocratas, o fim do capitalismo não é o fim da propriedade privada e dos capitalistas privados, mas sim o fim do Estado.

Os partidos políticos não podem governar em nome e em lugar dos trabalhadores, mas apenas sobre e contra eles. Não basta trocar os capitalistas individuais pelo Estado para assegurar o socialismo. Ao contrário, a classe social dos capitalistas com o poder político repressivo, bem como as decisões acerca da economia, transforma o capitalismo convencional em uma nova modalidade de capitalismo. São os partidos que induzem a classe trabalhadora a lutar contra a burguesia. Ocorre que no topo dos partidos políticos estão os gestores ou tecnoburocratas. Enquanto a economia capitalista não for mundialmente destruída, e não se sabe ao certo se um dia o será, nem de que forma, o proletariado não poderá se libertar de um despotismo sem submeter-se a outro, menos explorador, mas certamente não menos opressor.

Da mesma forma, é difícil imaginar um futuro próximo para a maioria dos países do mundo que não a submissão ao jugo de um dos imperialismos disponíveis. Entre os países imperialistas há uma rede complexa de relações políticas e econômicas e, sendo assim, com frequência a submissão a um deles acaba sendo, de alguma forma, submissão ao outro. O ataque exclusivo ao imperialismo norte-americano é estratégia dos grupos e partidos que aspiram ao capitalismo de Estado. O ataque exclusivo ao imperialismo russo é estratégia de grupos e partidos de direita que visam manter o capitalismo no qual a burguesia é hegemônica. Restam apenas as possibilidades de não atacar nada ou de atacar os dois imperialismos e, portanto, as duas modalidades de capitalismo: Capitalismo Monopolista de Estado e Capitalismo de Estado.

O capitalismo desenvolveu-se, os monopólios e oligopólios espalharam-se pelo mundo, e falar em capitalismo tornou-se o mesmo que falar em imperialismo. O caráter imperialista é vital e inerente ao capitalismo no estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas. Não há relações capitalistas sem imperialismo. Este é o real significado da expressão "internacionalização da economia". Dessa forma, a luta contra o capitalismo monopolista de Estado ocidental e a burguesia, do ponto de vista dos trabalhadores é também a luta contra o capitalismo de Estado e a tecnoburocracia. Trata-se de uma luta permanente contra classes dominantes e exploradoras, importando relativamente pouco a máscara com que se apresentam. Os partidos funcionando como formatos institucionais de realização do capitalismo de Estado e, portanto, de ascensão de tecnoburocracia, só podem ser usados pela classe trabalhadora dentro de certos limites. A utilização do partido pode ser importante em determinados mo-

mentos, como aqueles de refluxos dos movimentos sociais. Todavia, quando a luta sai dos marcos do capitalismo, os trabalhadores precisam desenvolver suas próprias organizações, abandonando o partido político.

Existe uma relação estreita entre burocracia de partido e burocracia de Estado, principalmente nos países de capitalismo de Estado nos quais há um partido único. Se um ou vários indivíduos tem poder, isto decorre da ascensão na hierarquia do partido. Se o poder é conservado, isto se deve ao fato de que quem o detém, detém também o apoio de uma camada tecnoburocrática que orienta a ação do partido, que procura justificar suas decisões, as faz aplicar e marginaliza ou afasta a oposição. O poder depende desse apoio. Durante longos anos, o partido único foi também o unificador das diversas tecnoburocracias setoriais na União Soviética, constituindo-se no elemento de equilíbrio na luta entre "clãs" tecnoburocráticos. Colocar-se como vanguarda do movimento operário significa querer manter sob controle ideológico e organizacional da elite tecnoburocrática, o desenvolvimento da luta da classe trabalhadora. O mesmo se aplica a partidos ocidentais com relação a movimentos sociais diversos. De forma paralela, os sindicatos tornaram-se a instituição por excelência de enquadramento dos trabalhadores no capitalismo, em oposição à noção de sindicato como núcleo organizativo de trabalhadores na resistência face ao capital.

Comuna de Paris (1871), Machnovismo (1917), Catalunha (1936), Budapest (1956) e Maio de 1968 em Paris, foram alguns momentos e movimentos que abriram uma fenda na política tradicional dos que estão no poder e dos que aspiram alcançá-lo. O maio de 68 foi uma crítica radical à "miséria moderna": crítica da miséria psíquica, urbana, sexual, ideológica, humana; miséria da civilização capitalista pós-keynesiana, que se vangloria de sua decrescente miséria econômica. Foi uma crítica do trabalho alienado e da divisão social do trabalho, porque quem não é dono dos meios de produção, não pode ser dono de sua própria existência. Foi uma crítica do mundo burocratizado e desencantado. O poder não é questionado, e nem poderia sê-lo, nos movimentos que lutam pelo poder. É necessário questionar o poder, não em seu nome, mas contra ele. Nas palavras de Edgar Morin, *"pela primeira vez em uma sociedade ocidental evoluida o comunismo original, surgido desvencilhado de todo stalinismo, marxismo-leninismo e bolchevismo, tornou-se uma utopia concreta vivida por milhares de jovens estudantes, trabalhadores, colegas e também por anciãos fascinados, nos núcleos mais combativos dessa revolução sem sentido"*³¹. Não há possibilidades de compatibilizar capital, Estado e trabalho alienado com a liberdade humana. As instituições mesmo quando são uma ajuda, são também e principalmente um

entreve.

A desalienação humana, isto é, a superação do antagonismo capital-trabalho e a superação do binômio dirigente-dirigido é crucial para que tenha lugar a emancipação humana, que é bem mais do que emancipação meramente econômica. Uma emancipação que não pode vir da luta com o poder e com sua estratégia de ter, mas sim da luta pelo ser, a qualidade superando a quantidade. Essa luta envolve o controle operário, o desprezo pela burocracia, a democracia direta, e para tanto desenvolvem-se formas sempre novas e renovadas que não se limitam a reivindicações salariais, mas que se voltam para a qualidade de vida, para o respeito ao pluralismo³².

A revolução, devido aos revolucionários profissionais, à militarização, aos campos de concentração stalinistas, ao genocídio na época da "coletivização forçada", aos "processos de Moscou", fez a sociedade viver sob a égide do medo. Lênin, implantando o taylorismo, por ver nele méritos para e passaram do capitalismo ao socialismo, trouxe à União Soviética e à sociedade soviética todas as seqüelas sociais do sistema fabril. O uso do Estado terrorista para garantir o "novo sistema" ilustra a razão do poder. Não se pode construir o socialismo sem uma mudança radical nas relações de produção, isto é, sem a ascensão do conjunto dos produtores à direção da economia. Por essa razão, não se construiu uma sociedade socialista na União Soviética. "O poder dos soviets foi se atrofiando progressivamente, porque a sua raiz, a gestão operária da produção, não existia. O Estado soviético perdeu assim rapidamente o seu caráter proletário"³³, se é que chegou a tê-lo. A proposição de que a burocracia soviética é produto de contradições sociais internas entre operários e camponeses e contradições externas entre a União Soviética e o capitalismo mundial já não tem a força do passado e, no entanto, a tecnoburocracia permanece. Privar a tecnoburocracia soviética do monopólio da propriedade, da ideologia e do governo, representaria a democratização e a emancipação, bem como o término do capitalismo de Estado e do totalitarismo que o acompanha. Ela busca de todas as formas possíveis antecipar, administrar e evitar o conflito social mediante o poder disciplinar e a inculcação ideológica. A força atribuída à disciplina, pode ser avaliada pelo trecho que se segue:

— *"A emulação socialista é inconcebível sem uma forte disciplina no trabalho e elevado espírito de organização, ordem rigorosa na oficina, na fábrica, na obra de construção, no "roljós" e "sovyos". A maior interdependência das empresas, o aumento da complexidade das relações econômicas e o interesse das massas no cumprimento dos planos de*

*produção, tudo isto contribui para o fortalecimento ulterior da disciplina e da organização. Toda infração da disciplina, todo não cumprimento do contrato econômico, todo absenteísmo, se traduz em perdas que repercutem na coletividade, no Estado e em toda a sociedade . . . Se na coletividade regem relações de princípio, nem um ato de infração passa despercebido; põe-se em marcha um sistema harmonioso de medidas educativas e administrativas que mostram a intransigência para com toda negligência; neste caso assegurava-se um alto nível de consciência e disciplina*³⁴.

Quanto à ideologia, convém ter em conta um outro trecho de outra obra, um tanto quanto mais crítica.

— *“A ideologia desempenha um papel tão importante na sociedade comunista que pode-se verdadeiramente falar nesse sentido de sociedade ideológica. Aqui, cada indivíduo, de seu nascimento até sua morte, é sistematicamente submetido à ação de ideologia, uma ação conduzida com uma lógica e um pedantismo particularmente chocantes. O número de pessoas que trabalham nesse domínio é enorme. O número daqueles que, de uma forma ou de outra, são constrangidos a exercer as funções de trabalhadores ideológicos é igualmente considerável, nas escolas, nos jardins de infância, nos institutos, nas universidades, nas escolas técnicas e em outros estabelecimentos, há um ensino especialmente consagrado à ideologia. Milhões de pessoas, uma vez terminados seus estudos, seguem os cursos universitários de marxismo-leninismo. Mais numerosos ainda são aqueles que freqüentam os círculos, os seminários e as conferências que tratam exclusivamente desses problemas. A ideologia penetra todos os domínios da cultura, ciência e inclusive do esporte. O volume de textos ideológicos é tal que não se saberia fazer seu inventário exato . . .”*³⁵

Apesar, no entanto, de todo o controle autoritário da tecnoburocracia, ela não está imune à oposição. Quando todas as contradições existentes na União Soviética se intensificarem, é bastante provável que mudanças reais possam vir a ocorrer no coletivismo burocrático. É essa possibilidade que aparentemente anima alguns estudiosos marxistas a fazer previsões e a imaginar que este é um estágio histórico adicional no esquema marxista, pelo qual a sociedade tem que passar antes do advento do socialismo e do comunismo; estágio que será superado por uma revolução proletária³⁶. Sem incorrer no risco das previsões, e sem o determinismo histórico de Rizzi, pode-se, de qualquer modo constatar que o descontentamento e a consciência da classe trabalhadora soviética existem. Um exemplo disto é a entrevista concedida por Wladimir Borissov à revista Iztok, publicada no Brasil pela Folha de São Paulo³⁷. Além do

Solidariedade na Polônia, há também em outros países do Leste europeu embriões de oposição sindical. Na União Soviética, há um agrupamento oposicionista, o SMOT, "União Livre Interprofissional dos Trabalhadores", que merece atenção.

Observa-se uma retomada do movimento operário na União Soviética, que de acordo com Wladimir Borissof, deve-se à crise econômica e à crise política que a acompanha, somadas à crescente deterioração das condições de vida dos trabalhadores e também à questão polonesa. Com isso, cresce o papel desempenhado pela SMOT, que luta com grandes dificuldades materiais e, apesar delas, recusa qualquer ajuda por parte de sindicatos estrangeiros, quando vem acompanhada de condições ou simplesmente de conselhos. Há também as dificuldades organizacionais, por causa da clandestinidade e da dificuldade de deslocamento. O primeiro objetivo do SMOT é desenvolver o movimento operário, não tanto ajudá-lo, mas sim oferecer-lhe a possibilidade de existir e manifestar-se. O papel do SMOT, a julgar pela entrevista, tem sido defensivo e informático; defensivo face à repressão e informático no que se refere à economia, ao direito, etc. . . . Uma série de outros grupos clandestinos são também conhecidos, de acordo com informações até 1972. Assim, em 1965 foi descoberta a União dos Comuneiros, constituída na Faculdade de Ciências da Universidade de Leningrado e que, ao que parece, contava com amplo círculo de simpatizantes. A União dos Comuneiros publicava um jornal chamado Kolokol (Sino), do qual somente dois números circularam. O programa da organização intitulava-se "Da ditadura da burocracia à ditadura do proletariado". Em 1966, foi desmantelado outro grupo que fez circular oito números de uma revista apenas datilografada, cujo nome era Cadernos da Democracia. O lema da organização era "Socialismo e Democracia". Em 1967, foi destruída pelas forças policiais a "União Social-Cristã Pan-Russa pela Libertação do Povo", criada em 1964. Ainda em 1967 é descoberto outro grupo de jovens chamado "O jovem operário". Muitos outros grupos clandestinos foram descobertos no decorrer de 1969 e 1970, após a invasão da Tchecoslováquia, dos quais muito pouco se sabe. Entre eles estão o "Partido dos Comunistas Autênticos" e o "Partido Marxista de Novo Tipo". São condenados em 1971, dois jovens operários sob a acusação de haver escrito um "programa de classe operária" e difundido o panfleto "União pela defesa dos direitos dos trabalhadores". Um grupo de sete pessoas é julgado em 1972 em Leningrado, enquanto em Moscou é detido um número não determinado de clandestinos que são processados em 1973. Além disso um papel importante tem sido desenvolvido pela oposição

intelectual, pelo movimento de direitos humanos, pela oposição religiosa, etc . . .³⁸

O problema da União Soviética é mais político do que econômico, o que não quer absolutamente dizer que não haja problema econômico. Se a democracia é incompatível com o capitalismo em geral, sistema baseado na desigualdade, é também incompatível com a modalidade de capitalismo de Estado, fundado na hierarquia organizacional burocrática e, portanto, na desigualdade. Resta a indagação sobre a compatibilidade da autogestão com a modernização, que tem servido como capa legitimadora da tecnoburocracia, promotora da poupança forçada que causa a elevação da taxa de acumulação dos meios de produção.

A luta contra a tecnoburocracia no Leste europeu inclui, como momento especialmente significativo, o "Solidariedade" na Polônia. O tema do programa do "Solidariedade" é a revolução política contra o regime tecnoburocrático, com vistas a criação de condições para um desenvolvimento realmente socialista. O "Solidariedade" não descarta a necessidade do internacionalismo proletário, entendendo que para que uma revolução socialista seja bem sucedida, é preciso que ela ocorra em todos os países burocratizados e industrializados. Em termos gerais, a revolução antiburocrática do Solidariedade aparece como um momento do movimento revolucionário mundial, paralelo aos interesses das forças trabalhadoras dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos em sua comum hostilidade com relação aos esforços da tecnoburocracia internacional no sentido de estabilizar situações internas e a situação internacional. A tecnoburocracia mostra-se temerosa com relação a quaisquer mudanças que possam atentar contra o equilíbrio de forças estabelecido, sendo partidária da repartição do mundo em esferas de influência. A Polônia é um país socialista apenas de acordo com a tese da identidade da propriedade social e da propriedade estatal dos meios de produção. Tal tese transforma o conceito econômico-político de propriedade em um conceito jurídico, isto é, trata-se de uma concepção formal da propriedade que implica também em uma concepção formal da sociedade.

Além da forma, é preciso identificar com clareza quem exerce influência efetiva sobre o conjunto das decisões econômicas. Na verdade, a noção formal de propriedade dissimula conteúdos diferentes segundo o caráter da classe dominante. No caso polonês, a propriedade estatal implica em que os trabalhadores não tenham qualquer controle sobre o produto de seu trabalho. A elite do poder, nos vértices do aparato estatal e do partido único, o PCUP, é quem decide unilateralmente o em-

prego dos meios de produção e a relação acumulação-consumo. A burocracia política central, que assegura a manutenção de um determinado tipo de relações de produção, tende a fazer prevalecer um modo de organização em que os operários recebem um mínimo vital num contexto histórico de necessidades. O trabalhador é explorado e vende sua força de trabalho aos que obtém os meios de produção, a tecnoburocracia, proprietária coletiva dos meios de produção. Não são retoques internos ao sistema que farão com que seja superada a crise atual. O "Solidariedade" supõe que essa superação só pode advir de uma ruptura dos mecanismos institucionais e de uma mudança dos seus fins produtivos e, portanto, do fim da dominação tecnoburocrática. A idéia dominante é que a criação de condições para um autêntico desenvolvimento socialista depende de uma revolução contra o regime tecnoburocrático. Assim, a via de saída da crise social e do regime burocrático passaria pela gestão da produção, da repartição do produto, dos fundos de acumulação e dos serviços sociais pelos trabalhadores, enfim, a autogestão. Derrotar a tecnoburocracia seria, portanto, indispensável para a defesa, com êxito, dos resultados já conquistados pelos trabalhadores na luta de classes e para a expansão do campo socialista. O partido na Polônia, como todo aparelho, está organizado de forma hierárquica, as informações circulando de baixo para cima e as decisões, de cima para baixo. Na origem das decisões está uma elite, um grupo de pessoas que ocupam postos de responsabilidade na hierarquia e que elabora conjuntamente as decisões mais importantes. Pertencer a esta tecnoburocracia política central significa participar realmente nas decisões políticas e econômicas fundamentais, de importância nacional. A tecnoburocracia possui portanto o conjunto do poder político e econômico, privando a classe trabalhadora não apenas de poder e controle, mas também de meios próprios de defesa.

Os rendimentos da tecnoburocracia permitem a seus membros a obtenção de prestígio, posição social, influência e poder político. Todavia, ela cobre com eles pouco mais que suas necessidades pessoais, já que todo o resto é utilizado para pagar um número incalculável de pessoas que garantem seu poder, realizam a propaganda do sistema, vigiam o trabalho dos operários, etc . . . Na verdade, o consumo direto, pessoal, não parece ser o objetivo da classe dominante. O poder e o prestígio, que decorrem do controle exercido sobre a produção, são as metas mais relevantes. Uma mudança geral do sistema de gestão é impensável sem mudança radical nas relações de produção. Graças à industrialização, à expansão da educação formal, à elevação do nível cultural e, apesar do

terror e da coação, a tecnoburocracia encontra, porém, em todos os meios sociais, ardorosos defensores que a apoiam, assegurando sua hegemonia. A dominação tecnoburocrática está portanto apoiada numa ampla base social. Ela pode durar enquanto as relações de produção e, especialmente, o objetivo da tecnoburocracia corresponderem às exigências do crescimento econômico, ou, dito de outra forma, enquanto não ocorrer a construção das bases de uma indústria moderna. O pleno emprego, o desenvolvimento de uma civilização industrial e a elevação do nível cultural da sociedade eleva o nível das necessidades de consumo consideradas como indispensáveis³⁹ a ⁴².

Para o "Solidariedade" a função histórica da tecnoburocracia está terminada. Se ela teimar em comprimir o consumo para além do indispensável, está configurado o perigo de uma catástrofe econômica, social e política para o sistema. Sendo impossível comprimir o consumo e, por conseguinte, sendo igualmente impossível elevar a taxa de acumulação de forma a permitir a exploração total do potencial industrial, chegou-se a um estágio, em que as relações de produção travam o desenvolvimento das forças produtivas. Configura-se a situação de crise, cuja saída única é a abolição das relações de produção vigentes e o fim do poder tecnoburocrático, salvo a manutenção artificial do regime externamente. A crise econômica do sistema polonês tem como fatores que levam à diminuição do ritmo de expansão e o aumento dos custos a inflação, a escassez de matérias-primas e combustíveis, o desperdício do excedente econômico, a exploração insuficiente dos fatores intensivos de expansão e a barreira da exportação⁴³. Há uma crise da economia agrícola tanto quanto do setor industrial. As duas relacionam-se intimamente e devem aumentar no quadro atual das relações de produção.

Nos anos cinquenta houve a crise internacional do stalinismo, primeiro sinal da crise geral da ditadura tecnoburocrática. Em 1956 e 1957 ocorreram na Polônia e na Hungria os primeiros movimentos sociais antiburocráticos. Esses movimentos tiveram origens econômicas na contradição entre o potencial produtivo criado e o baixo nível de consumo social, desde o momento em que terminou a etapa da construção da infraestrutura econômica e o emprego dos excedentes da força de trabalho. Enquanto a tecnoburocracia húngara precisou do exército soviético para ser salva, a tecnoburocracia polonesa manteve-se no poder usando meios pacíficos. A classe dirigente polonesa atenuou a crise social e estabilizou o sistema mediante reformas que não colocavam em perigo o caráter básico do regime.

Uma classe dominante deve conceder e ter a possibilidade de realizar ao menos o que cada setor da sociedade considera como o mínimo de prosperidade; caso contrário, ela acaba por perder o controle da sociedade e, conseqüentemente, o poder. Assim a classe dominante deve promover melhores condições materiais e culturais, possibilidades de promoção, etc . . . Na base disso tudo encontra-se o desenvolvimento econômico. Enquanto as relações de produção, sobre as quais está fundada a dominação da classe tecnoburocrática favoreceram o desenvolvimento acelerado da economia, isto é, durante o processo de industrialização intensa, a tecnoburocracia assegura uma base social ampla para sua hegemonia, visto que milhares de pessoas melhoram suas condições de vida, elevam seu nível cultural, etc . . . Diferentemente de 1956 a 1957 não há atualmente espaço para reformas. Observa-se um aumento do custo de vida e os preços que mais sobem referem-se aos produtos de primeira necessidade. O nível de vida da classe trabalhadora é tendencialmente decrescente e a elevação do desemprego é flagrante. A crise não tem somente agravado a condição material da classe trabalhadora, mas também sua situação social e cultural. Os trabalhadores, por razões objetivas, são os principais inimigos da tecnoburocracia, já que a exploração constitui a base material de manutenção do sistema. Todo o aparato estatal e sua força de coação estão dirigidos contra a classe trabalhadora, para a proteção política da exploração. A crise vem obrigando os trabalhadores a alçarem-se contra a tecnoburocracia e o sistema, buscando a defesa do nível atual da existência material e cultural. A ausência de perspectivas é particularmente perceptível na juventude.

A tecnoburocracia, por sua própria natureza, suprime a iniciativa popular, pois seu domínio está baseado no monopólio da organização da sociedade e na destruição das forças populares e independentes. A crise atual é bem mais que meramente econômica; é uma crise social, política e de valores e, portanto, manifesta-se particularmente nos jovens, no momento em que moldam sua concepção de mundo e seu ideal de vida. Nem o mais potente aparelho organizativo do poder é suficiente para manter uma classe como eternamente dominante. O apoio social é o único fator que garante uma estabilidade ainda e sempre relativa. A crise social vai retirando do poder sua hegemonia de classe, sua autoridade e opõem-no a força da sociedade, levantando a população trabalhadora contra a tecnoburocracia dominante e quebrando o "muro psíquico" que garante uma determinada modalidade de poder.

A tecnoburocracia exerce sua dominação face a um "mérito" responsável pela escalada da hierarquia. Os mais "capazes" são aqueles do-

tados de um conhecimento organizacional, isto é, de um conhecimento técnico e político instrumental que assegure seu prestígio e legitimidade. Esse conhecimento é transmitido pelo aparelho escolar. A educação faz com que os tecnoburocratas sintam-se mais seguros da possibilidade de transferência a filhos ou outros sucessores de sua posição de classe e da forma de ser, pensar e agir que lhe é própria. A idéia de que uma nação deve fazer melhor uso de seus recursos humanos para progredir fez com que o poder fosse relacionado com inteligência, mas com um tipo específico de inteligência. Dessa forma, "escolas e indústrias foram progressivamente abertas para o mérito, de tal modo que as crianças inteligentes de cada geração tinham oportunidade para ascender"⁴⁴. Esse modo de pensar favoreceu o desenvolvimento de uma tecnoburocracia centrada na ideologia do mérito. Com a abolição do patronato, a competição passou a ser a regra para a admissão em todos os setores, o "mérito" tornou-se o árbitro e, o conhecimento, o critério. Ora, não poderia ser diferente num mundo que valoriza o raciocínio utilitarista e eficiente que visa primordialmente ao crescimento econômico.

A escolaridade significa igualmente a cooptação das crianças mais "inteligentes" das camadas mais baixas, que, dessa forma, deixam de fato de pertencer a essas camadas. A educação formal foi utilizada no quadro do raciocínio modernizante da tecnoburocracia, fazendo com que a oligarquia fundada no nascimento cedesse lugar à oligarquia fundada num determinado tipo de talento. O mundo contemporâneo assistiu ao desenvolvimento dos métodos e técnicas psicológicas de seleção, inclusive os testes de QI. Atrás dos testes há aqueles que os concebem e os seus critérios. Sendo assim, a inteligência segundo os dominantes torna-se a inteligência dominante ou até a única inteligência. Justifica-se a injustiça social, por uma "falta de inteligência e capacidade", "cientificamente" determinada. Assim o "mérito" e a "inteligência" mascaram a lógica da reprodução social e mesmo o nepotismo, já que os filhos e afilhados da tecnoburocracia, tendem a deter esse tipo de capital cultural. A automação contribui para a ideologia do "mérito", na medida em que exige qualificações escassas. A crescente complexidade organizacional é, por sua vez, parte do espaço de poder da tecnoburocracia e sua legitimação pela "mérito".

"Como foi aplicada na prática, igualdade de oportunidade significa igualdade de oportunidade de ser desigual"⁴⁵, isto é, filhos de lares favorecidos, dado o capital cultural e de relações sociais herdado, herdaram também posição ocupacional e social. É dessa forma que os filhos da tecnoburocracia "merecem" o que herdaram e é por essa razão que os

burgueses dos países subdesenvolvidos industrializados procuram enviar seus filhos para as escolas de prestígio européias e norte-americanas, já que o patrimônio não é mais suficiente para assegurar as vantagens da liderança dos meios de produção⁴⁶. Os detentores do poder e da riqueza precisam, em todas as sociedades, ter a garantia dos melhores títulos morais para suas fortunas. De outra maneira, nenhuma classe dominante pode dominar com a garantia ilimitada que é o surgimento oculto do carisma. Nos tempos feudais o sangue era um título indispensável para o poder. Nos tempos capitalistas o título (de propriedade) propriamente, mas como as condições mudaram, a hereditariedade dos ricos não podia assegurar seus chefes. Eles perderam a confiança para governar e, passo a passo, abandonaram o poder para os "self-made-men", que tinham o suporte sagrado da profunda aprovação moral da sociedade e, conseqüentemente, deles próprios. Os novos governantes eram aqueles que, de acordo com os novos valores, mereciam vestir o manto real⁴⁷.

Na fábula de Michel Young, num dado momento, a oposição elabora um manifesto no qual se diz: cada homem, cada mulher, é um gênio em alguma coisa. Não se deve avaliar as pessoas "somente segundo sua inteligência e educação, sua ocupação e seu poder, mas também de acordo com sua bondade e sua coragem, sua imaginação e generosidade... Todo ser humano deve ter, então, igual oportunidade, não para ascender... à luz de qualquer matemática, mas para desenvolver sua capacidade própria especial no sentido da condução de uma vida rica⁴⁸. Na realidade, isto é tudo o que a tecnoburocracia quer evitar e, por essa razão, busca inculcar sua subjetividade massiva, bem como impor uma aquiescência disciplinada aos dominados, criando um "habitus", não apenas de disciplina, mas também de adiamento de recompensas e desejo de realização. "Educar cada operário numa atitude altamente consciente face ao trabalho significa desenvolver a disposição e a vontade para trabalhar bem... devido à alta consciência e sentimento de dever moral ante a comunidade, ante toda a sociedade. Essa atitude face ao trabalho desenvolve um conceito criador e inovador do ofício, contribui para transformar o trabalho em uma atividade verdadeiramente criadora que renova espiritualmente o homem e eleva o interesse profissional pelo conteúdo de trabalho, o orgulho pelo que se faz e pela coletividade. Às vezes ocorre que as pessoas tem todas as condições objetivas para cumprir suas obrigações no trabalho, e apesar disto a coletividade não pode alcançar os resultados desejados. Isso significa que na coletividade não existe a devida responsabilidade, disciplina e atitude consciente face ao trabalho. E, ao contrário, se cada trabalhador está

interessado no trabalho de todo o grupo, oficina ou fábrica, tem-se o sentimento de orgulho e responsabilidade pelos assuntos comuns a todos, pela honra de toda a coletividade e um verdadeiro patriotismo, obtendo-se êxitos palpáveis. As pessoas alegram-se de todo o coração por esses êxitos de seus companheiros de trabalho, condenam intransigentemente os negligentes e inconscientes, trocam experiências e discutem em reuniões como aperfeiçoar a produção. Disto se depreende que responsabilidade tem a coletividade, as organizações sociais e a administração na formação de relações coletivistas e pela educação numa atitude consciente com relação ao trabalho"⁴⁹.

Desnecessário insistir em tudo o que tal discurso encobre na busca da sagração da tecnoburocracia, do conformismo, sob a capa dos ideais socialistas. Esta é a concepção tecnoburocrática de educação. No caso soviético, no que se refere à escolarização, os objetivos colocados para o sistema educacional no Décimo Plano Quinzenal (1976-1980) foram alcançados: a transição para a educação secundária universal para a população soviética de sete a dezessete anos. Entretanto, "como A. Bulgakov, presidente da Comissão Estatal da URSS para a Educação Vocacional e Técnica reportou em seu artigo publicado nesta, dois terços dos trabalhadores novos que se ligaram à força de trabalho durante o décimo plano quinquenal completaram o treinamento profissional ou na escola técnica-vocacional ou não-secundária ou na escola técnica para graduados na escola de educação geral em dez anos. Somente uma pequena minoria dos graduados são admitidos em institutos e universidades de educação superior"⁵⁰.

Atualmente, os planos desenvolvimentistas soviéticos falam em maior produção industrial e agrícola e maior eficiência nessa produção. A taxa de crescimento populacional soviética vem decrescendo nos últimos anos. Os graduados nas escolas são vistos como a principal fonte de reserva para a indústria. A prioridade das escolas tecno-vocacionais é o treinamento da força de trabalho para os setores industrial e agrícola. O ensino de massa nas escolas secundaristas tem como prioridade o treinamento de operários e a preparação da minoria que chega à universidade. O sistema de ensino soviético, nem mais nem menos que o ocidental faz da racionalidade econômica a medida de toda racionalidade e a igualdade de oportunidade de acesso à escola expressa-se na linguagem dessa racionalidade econômica, isto é, o pensamento tecnoburocrático reduz as diferenças sociais às diferenças econômicas. Trata-se de um sistema que não tem outros fins além daqueles do sistema econômico militar, que reduz o sistema educacional ao papel da empresa, que sem deixar de se

atribuir o ideal democrático, submete-se exclusivamente a fins econômicos. A preocupação maior da educação é formar indivíduos mais adaptados ao local de trabalho. Nos planos de estratégias econômicas do partido, cujos objetivos mais elevados são fixar o desenvolvimento material e cultural da população, criar condições ótimas para o desenvolvimento individual, desenvolver a eficiência da produção social e obter uma produtividade mais elevada do trabalho, a escola desempenha um papel importante. Durante as férias de verão os alunos combibam trabalho na coletividade e nas fazendas estatais ou empresas industriais com recreação organizada. No Décimo Primeiro Plano Quinquenal (1981-1985) a preocupação não é mais com a quantidade de ensino mas com uma qualidade burocraticamente definida, e, por essa razão são revistos os currículos e uma maior cobrança dos professores tem lugar. Apenas dezesseis por cento dos graduados nas escolas de dez anos, entretanto, dirigem-se para ocupações coincidentes com seu programa de treinamento na escola. "Um aspecto significativo dos currículos desenvolvidos é um fortalecimento na orientação educacional . . . A necessidade de formar uma visão científica do mundo é instilar uma dedicação total à causa do partido, aos ideais comunistas, amor à pátria socialista e internacionalismo tem merecido maior atenção"⁵¹.

Tem-se procurado mudar os livros textos escolares e demais materiais de ensino. Entende-se que os alunos devem ter "clareza nas posições ideológicas e obter orientação política. O partido e o governo tem interesse em assegurar uma influência para as várias atividades dos alunos, inclusive de lazer. Assim, clubes, museus, livrarias, locais de diversão, são utilizados para o preenchimento das atividades diárias do aluno. A pré-escola ocupa um lugar importante na educação. "Em conjunto com a educação familiar, a pré-escola cria condições objetivas para a inculcação efetiva das crianças no espírito de ideais humanistas e da sociedade comunista, tanto quanto as condições para seu desenvolvimento abrangente e harmonioso"⁵².

Naturalmente, trata-se da visão da tecnoburocracia dirigente de ideais humanistas, de sociedade comunista e de desenvolvimento abrangente e harmonioso, que nada tem a ver com ideais educacionais democráticos conhecidos. Existe um guia geral, um manual, chamado "Programa Educativo dos Jardins da Infância", aprovado pelo Ministério da Educação da república russa, que reflete o nível de centralização e de controle imperante. "Ao redor de dez por cento de todas as crianças soviéticas menores de dez anos estão inscritas em creches públicas. A porcentagem correspondente às crianças incluídas entre os três e os seis

anos, submetidos à educação pré-escolar é, aproximadamente de vinte por cento. A inscrição de todos esses meninos está limitada pelo número de locais disponíveis, posto que a demanda está muito acima da oferta"⁵³.

Portanto, nem todas as crianças tem esse privilégio. Privilégio porque as que freqüentam a pré-escola são as que obtêm melhor desempenho na escola. É propalado que a escola, a comunidade, e a faculdade devem trabalhar em unísono. Como só uma minoria chega à educação superior, instaura-se um ciclo no qual capital cultural é acrescido de capital cultural, onde o diploma substitui o direito de nascença. Dessa forma, a escola favorece os favorecidos e desfavorece os desfavorecidos, o princípio encontrando-se nas diferenças culturais existentes entre as famílias, ou, dito de outra forma, nas diferenças sociais entre as famílias.

"Na complexa situação internacional, todos os professores devem forçar a educação ideológica, moral e patriótica dos alunos, instilar nelas uma devoção inabalável para com o partido e a pátria (Motherland), dando a cada "garoto", e "garota" um sentimento de responsabilidade no encontro das obrigações dos cidadãos soviéticos especificados na Constituição e na lei soviética. Os alunos devem ficar imbuídos de um sentimento profundo de respeito pelos símbolos sagrados do país: o Emblema do Estado, a Bandeira e o Hino da URSS. É dever de todo professor soviético explicar aos alunos o profundo sentido e significado dos pronunciamentos de Lênin em defesa da pátria socialista e prepará-la para o serviço na fileira das forças armadas da U.R.S.S."⁵⁴. O discurso fala por si.

As formas de dominação são cada vez mais abstratas, sempre buscando o apoio da sociedade. a tecnoburocracia instala-se porque a maior parte das pessoas aceita ou deseja ser protegida, dirigida e orientada. O papel essencial da tecnoburocracia é, pois, o planejamento, a organização e o estímulo. A razão pela qual a coletividade aceita e freqüentemente deseja a dominação tecnoburocrática tem raízes psicológicas que a tecnoburocracia sabe explorar. Há uma angústia, que se traduz numa produção mental na qual o "outro" pode nos prejudicar, nos destruir, na qual o outro é mau. Dessa forma, decorre que precisamos proteger-nos de suas ameaças, para o qual elegemos instâncias de proteção. A tecnoburocracia e sua organização podem ser algumas dessas instâncias. Essa angústia é utilizada pelas organizações, inclusive pela escola. A ideologia utiliza-se de um recurso que lembra um conteúdo religioso, pela qual o homem se entrega, para se salvar, a uma força superior que não controla⁵⁵ e ⁵⁶. Do ponto de vista dos dominados o poder encontra-se

sacralizado. Trata-se de "uma forma de exploração na qual o explorador não se contenta em extorquir 'dos outros' uma mais-valia em produtos ou em dinheiro, mas deve também, para obter essa contrapartida, arrancar aos indivíduos a sua autonomia, comandar o seu trabalho, organizar as suas atividades"⁵⁷.

Na União Soviética, "muitos professores são recompensados com altas condecorações por seu trabalho profissional e sócio-político efetivo e abnegado e nove mil duzentos e vinte e cinco professores e outros trabalhadores da educação receberam consagrações e medalhas, quarenta e seis foram recompensados com o título de professor 'senior' ou especialista em métodos de ensino (com aumento no pagamento)"⁵⁸. Tais práticas reproduzem e ampliam a noção segundo a qual os ocupantes de posições hierárquicas elevadas são os mais capacitados, mais trabalhadores, mais leais e dedicados, etc . . . Por seu turno, elas levam os professores a adaptar seus pensamentos, ações e sentimentos no sentido da adesão ao estabelecido. A educação transmite e reproduz formas de ação, sentimento, pensamento, fala e vestimenta, além de valores morais e intelectuais. "As influências concretas do ambiente social não são exclusivamente positivas, nem sempre são compensadas pela influência da escola. Elas podem ser, e freqüentemente são, negativas"⁵⁹. Dessa percepção parece decorrer a intensificação da busca de coordenação das demandas sociais e próprias pela escola, no sentido da transmissão de um "habitus" uniforme.

"A mais importante necessidade pedagógica e organizacional da interação entre escola e ambiente social (a família, as coletividades de trabalho, a comunidade e a área e residencial) é harmonizar todos os aspectos da interação em nome de uma preparação abrangente dos alunos para a vida e para o trabalho"⁶⁰. Em outras palavras, em nome de um determinado tipo de sociedade. Até onde essa idéia vai, pode talvez ser indicado pelo que se segue: "Sem o suporte da família, é difícil para a escola realizar suas funções educacionais efetivamente mas a escola necessita de autoridade para influenciar famílias 'difíceis'"⁶¹. Em matéria de escola, o máximo que existe na União Soviética é uma democratização econômica, ou seja, todos têm condições de suportar o custo dos estudos, não precisando abandoná-los no seu transcorrer. O emprego do tempo do professor é fixado pela administração. O programa e o currículo não depende do docente. Em quase tudo a escola soviética lembra a escola ocidental, salvo no fato de que tem um compromisso explícito com aquilo que a tecnoburocracia chama moral comunista, enquanto que a escola ocidental se proclama técnica e, portanto, neutra. De resto,

“depois de um período de melhoria no nível médio de conhecimento, paralelo ao desenvolvimento econômico, a capacidade educativa das sociedades industrializadas parece tender à estagnação, ou até mesmo ao retrocesso”⁶².

Por toda parte, a escolarização contribui para a reprodução da força de trabalho, via inculcação de uma mentalidade burocrática. Isso prepara os indivíduos para o trabalho alienado através de uma verdadeira “burocratização psíquica”⁶³. A burocratização tem levado a um tipo de ensino e de administração escolar voltados para o controle do que se aprende, muito mais do que para a qualidade desse aprendizado⁶⁴. Se a formação do espírito crítico é cada vez mais algo do passado, observa-se o domínio progressivo das matemáticas no processo de seleção escolar das elites dominantes⁶⁵. Isto se dá, não pelo fato da matemática ser essencial na formação, mas porque, tratando-se de conhecimento escasso e mensurável, é funcional para a tecnoburocracia, que nela tem um instrumento precioso de reprodução. Nesse processo, “o sistema educacional precisa agir como uma força repressiva na produção de trabalhadores que se enquadrem harmoniosamente num ambiente de trabalho alienado e burocrático, . . . (de forma que) a educação é produtiva apenas na medida em que é repressiva”⁶⁶. No Ocidente, reformas são feitas no sentido de tornar a educação igualitária. Contudo, tais reformas sempre falham e parece bastante provável que isto se dê porque não se questiona as instituições básicas de capitalismo monopolista de Estado⁶⁷. Na realidade, a burocratização implica em que capital cultural seja transmitido de forma desigual. “Os estudantes das classes educadas são os melhores (ou os menos mal) preparados para adaptar-se a um sistema de exigências difusas e implícitas, pois detém implicitamente o meio de satisfazê-la.

“Por exemplo, em razão da afinidade evidente entre a cultura escolar e a cultura da classe educada, os estudantes originários desta classe podem manifestar, neste encontro pessoal que é o oral, essas qualidades imponderáveis que não precisam ser percebidas pelo professor para entrar no juízo professoral. As “pequenas percepções” de classe são mais insidiosas que a percepção consciente e explícita das origens sociais, que teria qualquer coisa de escandalosa”⁶⁸. Na realidade, de uma forma ou de outra, tanto no capitalismo monopolista de Estado quanto no capitalismo de Estado, as recompensas pelo progresso intelectual encobrem um processo predatório, competitivo e destrutivo para o indivíduo e a sociedade, que não visa qualquer racionalidade criativa, mas sim a satisfação dos interesses de uma classe privilegiada em justificar um sistema

antidemocrático, explorador e irracional de todos os pontos de vista salvo o seu⁶⁹. É por essa razão que o sistema escolar volta-se antes de mais nada para a reprodução da dominação tecnoburocrática, seja através da multiplicação de estabelecimentos voltados para a reprodução de força de trabalho, seja através das escolas de elite formadoras dos verdadeiros herdeiros do saber tecnoburocrático.

NOTAS

1. Vide Charles E. Lindblom, *Politics and Markets. The World's Political-Economic Systems*, New York, Basic Books, 1977, og. 26, in J. Kenneth Galbraith, *Anatomia do Poder*, São Paulo, Pioneira/Momento Cultural Internacional de Seguros, 1984, 57 e 58.
2. Vide Claude Lefort, *Que es la burocracia?* Paris, Ruedo Ibérico, 1970.
3. Maurício Tragtenberg, *Burocracia e Ideologia*, São Paulo, Ática, 1974, pg. 216.
4. Vide Dennis H. Wrong, *Power: Its forms, bases and uses*, New York, Harper Colophon Books, 1980 e Richard Sennett, *Authority*, New York, Knopf, 1980, especialmente pgs. 140 e seguintes, in J. Kenneth Galbraith, *Anatomia do Poder*, op. cit., pgs. 150 e 20 respectivamente.
5. Vide João Bernardo, *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*, Porto Afrontamento, L, 1975, principalmente pg. 193.
6. Vide James Burnham, *The Managerial Revolution*, Bloomington, Indiana University Press, 1976.
7. Vide Claude Lefort, *Que es la Burocracia?*, op. cit., pgs. 227 a 259.
8. Vide, por exemplo, E. Germain, *De la Bureaucratie*, Paris, Maspero, 1971, principalmente pgs. 111 a 120.
9. Vide também Ernest Mandel. *A Teoria Leninista da Organização*, Lisboa, Antídoto, 1975, principalmente Primeira Parte.
10. Vide Toni Negri, *Del obrero-masa al obrero social*, entrevista sobre el obrerismo a cargo de Paolo Pazzi e Roberta Tommasini, Barcelona, Anagrama, 1980, especialmente Capítulo VIII.
11. Coletivo, *Combate*, ed., Porto, nº 29, vol. II, 31 de outubro a 13 de novembro de 1975.
12. Coletivo, *Combate*, ed., Porto, nº 9, vol. 1, 25 de outubro a 7 de novembro de 1974.
13. Vide Lucia Emilia Bruno de Barros Monteiro, *Portugal: o "Combate" pela Autonomia Operária*, Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1983, pgs. 22 a 23.

14. Vide Cornelius Castoriadis, *L'Institution Imaginaire de la Societé*, Paris, Seuil, 1975. Vide também a resenha do referido livro por Fernando C. Prestes Motta, *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 20/23, nº 1, janeiro/março, 1983.
15. Vide Cornelius Castoriadis, *La Societé bureaucratique: Les rapports de production em Russie*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1973, pgs. 205, 206 e 207 e pgs. 216 a 229.
16. Milovan Djilas, *A Nova Classe*, Rio de Janeiro, Agir, 1958, og. 71.
17. Vide Milovan Djilas, *A Nova Classe*, op. cit., pgs. 66 a 68.
18. Vide Milovan Djilas, *A Nova Classe*, op. cit., pgs. 60 e 70.
19. Vide Milovan Djilas, *A Nova Classe*, op. cit., pg. 71.
20. Milovan Djilas, *A Nova Classe*, op. cit., pg. 81.
21. Vide Cornelius Castoriadis, *Devant la Guerre*, Paris, Arthème Fayard, 1981.
22. Vide Cornelius Castoriadis, *Devant La Guerre*, op. cit.
23. Vide Michel Ellman, *Socialist planning*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980, especialmente Capítulo I.
24. Anatoli Efmou, Alexéi Rumiántsev, Nikolái Fedorenko, Tigrán Jachatúrov, Abel Aganbeguián; redação de A. Rumiántsev e o membro correspondente da Academia de Ciências da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas P. Búnich; *La reforma económica en la URSS: su realización y problemas*, Moscú, Progreso, 1974, pg. 245.
25. Diversos, *La reforma economica en la URSS: su realización y problemas*, op. cit., pg. 248.
26. Vide Marshall I. Goldman, *The Soviet Economy: Myth and Reality*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1981, pg. 141.
27. Vide Alec Nove, *Political Economy and Soviet Socialism*, London, George Allen and Unwin, 1979, especialmente Parte IV.
28. Vide também Alexandre Adler, Francis Cohen, Maurice De Caillot, Claude Frioux, Leon Robel, *L'URSS et Nous*, Paris, Editions Sociales, 1979.
29. Vide, por exemplo, V.G. Afanasyeu, N.V. Chernogolovkin, D. N. Ivanov e outros, *Soviet Democracy in the Period of Developed Socialism*, Moscou, Progress, 1979.
30. A propósito é conveniente ler Melvyn Matthews, *Privilege in the Soviet Union: A Study of Elite Life-Styles under Communism*, London, George Allen and Unwin, 1978.
- 31, 32. Vide Olgária C.F. Matos, "Maio de 68: O Poder em Questão", Folha de São Paulo, Folhetim, 2 de maio de 1982.
33. Cornelius Castoriadis, *La Societé Bureaucratique: Les Rapports de production en Russie*, op. cit., pg. 224.
34. Anatoli Efmov, Alexéi Rumiántseu, Nikolái, Fedorenko, Tigrán Jachatúrov, Abel Aganbeguián, *La reforma economica en La URSS: su realización y problemas*, op. cit., pgs. 247 e 248.

35. Alexandre Zinoviev, *Le Communisme comme réalité*, traduit du russe par Jacques Michaut, Paris, L'Age d'Home, 1981, pgs. 273 e 274.
36. Vide Bruno Rizzi, *L'U.R.S.S.: Collectivisme Bureaucratique*, Paris, Champ Libre, 1976.
37. Vide entrevista de Wladimir Borissov à revista "Istok", publicada por *Folha de São Paulo*, Folhetim, 2 de janeiro de 1983, sob o título "Sindicatos Livres na União Soviética.
38. Vide Fernando Claudín, *A oposição no "socialismo real": União Soviética, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia (1953/1980)*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983, Primeira Parte, especialmente pgs. 17 e 18.
39. Vide Karol Modzelewski y Jacek Kuron, *Revolución Política o Poder Burocrático*, Córdoba, Cuadernos de Passado y Presente, 1981.
40. Vide Krzysztof Pomian, *Pologne: Défi à l'Impossible? De La Révolte de Poznan a "Solidarité"*, Paris, Editions Ouvrières, 1982, especialmente capítulos 2 e 3.
41. Vide Jean-Ives Potel, récits recueillis, *Gdansk, la mémoire ouvrière 1970-1980*, op. cit.
42. Vide ainda Alain Touraine, François Dubet, Michel Wieviorka et Jan Strzelecki, *Solidarité: Analyse d'un mouvement social, Pologne 1980-1981*, Paris, Fayard, 1983, principalmente cap. I.
43. Vide Karol Modzelewsky y Jacék Kuron, *Revolución Política o Poder Burocrático*, op. cit., pgs. 74 a 78.
44. Michael Young, *The Rise of the Meritocracy. 1870-2033: An Essay on Education and Equality*, Baltimore, Penguin Books, 1967, pg. 15.
45. Michael Young, *The Rise of Meritocracy. 1870-2033: An Essay on Education and Equality*, op. cit., pg. 129.
46. Vide Michel Villette, "L'Accès aux positions dominantes dans l'entreprise", *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, Paris, 4, juillet, 1975. Esse artigo foi traduzido para o português por José Carlos Garcia Durand, sob o nome "O acesso às posições dominantes na empresa", São Paulo, EAESP, Fundação Getúlio Vargas, mimeografado.
47. Michael Young, *The Rise of Meritocracy 1870-2002: An Essay on Education and Equality*, op. cit., pgs. 130 e 131.
48. Michael Young, *The Rise of Meritocracy 1870-2003: An Essay on Education and Equality*, op. cit., pg. 169.
49. Anatoli Efímov, Alexéi Rumiántsev, Nikolái Fedorenko, Tigrán Jachatúrov, Abel Aganbeguián, bajo la redacción del académico A. Rumiántsev y del miembro correspondiente da la Academia de Cienas de la URSS P. Búnich, *La Reforma económica en la URSS: su realización y problemas*, op. cit., pgs. 246 e 247.
50. Beatrice B. Szekely, "Editor's Introduction", *Soviet Education*, Artigos traduzidos de acordo com a VAAP, Agência de Direitos Autorais da URSS, january-february-march, 1982, pgs. VI e VII.

61. B.Z. Vul'for and V.D. Sernenov, "The school and the Social Environment: Interaction", op. cit., pg. 49.
62. Roger Girod, *Politiques d'éducation: l'illusoire et le possible*, Paris, Presses Universitaires de France, 1981, pg. 86.
63. Vide Herbert Gintis, "Alienation and Power", *The Review of Radical Political Economics*, vol. 14, 5, fall 1972, pg. 26.
64. Vide Ronald G. Gorwin, *Education in Crisis: A Sociological Analysis of Schools and Universities in Transition*, New York, John Wiley and Sons Inc., 1974, pg. 47.
65. Vide Mohamed Cherkaoui, *Les changements du Système Educatif en France (1950-1980)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1982.
66. Herbert Gintis, "The New Working Class and Revolutionary Youth", in Martins Carnoy, *Schooling in a Corporate Society: The political economy of education in America*, New York, David Mckay Company, 1975, pg. 330.
67. Vide Samuel Bowles, "Unequal Education and the Reproduction of the Social Division of Labour", in Jerome Karabel and A. H. Halsey, eds., *Power and Ideology in Education*, New York, Oxford University Press; 1977, pg. 150.
68. Pierre Bourdieu et Jean-Claude Passeron, *Les Héritiers: Les étudiants et la culture*, Paris, Minuit, 1964, pgs. 113 e 114.
69. Vide Samuel Bowles and Herbert Gintis, *Schooling in Capitalist America: Educational Reform and the contradictions of Economic Life*, New York, Basic Books, 1978, pg. 108.

NOTA DE EDIÇÃO

É interessante indicar aos leitores interessados a extensa obra de João Bernardo, cientista político, dos mais argutos analistas da questão da tecnoburocracia nos tempos atuais. O tema "gestores" é por ele muito usado, sendo relativo ao exercício tecnoburocrático. Suas principais obras são:

1. BERNARDO, João. "Gestores, Estado e Capitalismo de Estado", *Ensaio*, São Paulo, Editora Ensaio, nº 14, 1985.
- "A Autonomia nas lutas operárias", in Bruno, Lucia e Saccardo, Cleusa, coordenadoras, *Organização, Trabalho e Tecnologia*, São Paulo, Atlas, 1986.
- *Ensaio sobre a luta de classes*. Edição brasileira de *O Inimigo Oculto*. Edificação dos demitidos do ABC, São Paulo, s/d.
- *Marx crítico de Marx*. Porto, Afrontamento, 1977, 3 volumes.
- *Para uma teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto Alegre, Afrontamento, 1974.
- *Capital, Sindicatos, Gestores*. São Paulo, Vértice, 1987.

RESUMO

O tema principal do artigo é a tecnoburocracia, que é analisada como classe social e em sua natureza e contexto. A ideologia da tecnoburocracia, sua lógica e história contemporânea são apresentadas, fundamentando a compreensão da natureza e função da instituição escola no capitalismo de Estado.

ABSTRACT

In this article technocracy is focused as social class and from an analysis of its nature and context. The ideology of technoburocracy, its logic and contemporary history are presented in detail, facilitating an understanding of school as an institution in the Capitalism of State.